



RESENHA DO ARTIGO “VULNERABILIDADES NA SAÚDE PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS”¹

REVIEW OF THE “ARTICLE PUBLIC HEALTH VULNERABILITY AND HUMAN RIGHTS”

Recebido: 16/08/2022 | Aceito: 25/08/2022 | Publicado: 26/08/2022

Daniel de Almeida Nascimento Júnior²

 <https://orcid.org/0000-0001-6896-2458>

 <http://lattes.cnpq.br/6384112979985538>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: daniel_15sul@hotmail.com

Resenha da Obra:

ARAÚJO, Letícia Belchior Sousa. “Vulnerabilidades na saúde pública e Direitos Humanos”. **Revista Processus Multidisciplinar**, Vol. 3, n. 5, p. 05-16, mar. 2022.

Resumo

Esta resenha é baseada no artigo intitulado “Vulnerabilidades na saúde pública e Direitos Humanos”. Este artigo é de autoria de: ARAUJO, Letícia Belchior Sousa. A resenha do referido artigo foi publicado no periódico “Revista Processus Multidisciplinar”, Vol. 3, n. 5, p. 05-16, 2022.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Sistema Único de Saúde. Médicos e Saúde Pública. Dignidade Humana.

Abstract

This is a review based on the article “Public Health Vulnerability and Human Rights”. The authorship of this article, belongs to: ARAUJO, Letícia Belchior Sousa. The referred article was published in the periodical Revista Processus Multidisciplinar, [S.I.], v. 3, n. 5, p. 05-16, mar. 2022.

Keywords: Human Rights. Unifield Health System. Doctors. Public Health. Human Dignity.

Resenha

O presente trabalho tem como objeto a resenha do artigo: “Vulnerabilidades na saúde pública e Direitos Humanos”, de autoria de ARAUJO, Letícia Belchior Sousa e publicado na Revista Processus Multidisciplinar, Vol. 3, n. 5, p. 05-16. 2022. A autora do artigo, Graduada em Secretariado pela Faculdade Processus, no ano de 2019, e Especialista em Políticas Públicas e Cooperação Internacional pelo Centro Universitário Internacional no ano de 2021, conforme pode ser visto em seu Curriculum Vitae, no site lattes (<http://lattes.cnpq.br/9312210524689031>). O que

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Márcio Vieira Hurtado.

² Graduando em Direito pela UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

influenciou a forma de observar, abordar e direcionar as soluções, perante a problemático alvo do artigo.

A obra objeto dessa resenha foi dividida nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, justificativa, metodologia, pesquisas que, por sua vez, foram subdivididas em: “contexto histórico e SUS”, “Gestão dos Serviços de Saúde (Teoria Administrativa)”, “Quantitativo de médicos por região” e “A precariedade no gerenciamento e recurso”, por fim, as considerações finais e as referências.

A obra visa esclarecer os problemas gerados na saúde pública que tem como reflexo a má distribuição de recursos financeiros e humanos, bem como, a malversação desses recursos e como os critérios são utilizados o que, atualmente, contribuem para o acentuado nível de desigualdade do atendimento médico ofertado pelo Sistema Único de Saúde e, também, na estrutura disponível para a sua realização. A autora da obra faz crítica à abordagem, na oferta do serviço de saúde, direcionadas ao tratamento e não a programas de educação da população sobre sintomas e formas de prevenção, como por exemplo as campanhas sanitárias e de conscientização.

O tema dessa obra é “Vulnerabilidades na saúde pública e Direitos Humanos”. Sendo objeto de discussão, vincula-se ao exercício do direito à saúde e a outros direitos, em primazia, o da dignidade da pessoa humana. Partindo-se da hipótese de que a má gestão e o planejamento precário ultrapassam uma perspectiva de exercício individual de direitos e atingindo, em regra, os setores com maior vulnerabilidade da sociedade, em especial os hipossuficientes, o que caracteriza violação aos direitos humanos, cerceando o legítimo exercício e a proteção do direito à saúde.

Neste artigo, a autora teve como objetivo específico: analisar a importância e os impactos causados por um serviço de saúde pública eficiente para que haja a garantia dos direitos humanos; verificar prováveis justificativas pelas quais esses serviços não tem sido oferecidos de forma justa e eficaz; compreender os desafios enfrentados, não só pelos pacientes, mas também pelos médicos e buscar possíveis soluções viáveis. Por sua vez, depreende-se como objetivo geral apresentar uma pesquisa bibliográfica que busca uma análise global das causas de vulnerabilidades na prestação dos serviços voltados à saúde, apresentando um panorama histórico e de informações consolidadas nos bancos de dados de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS) e Conselho Federal de Medicina (CFM), traçando o panorama entre o prescrito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (FRANÇA, 1948) e a tentativa de promover melhorias dos serviços voltados a saúde e condições de trabalho dos profissionais da área e os benefícios para a sociedade como um todo.

A temática do artigo se justifica sob o argumento de demonstrar os desafios encontrados que vão desde a implementação do Sistema Único de Saúde, no cumprimento da sua missão, e a garantia integral ao acesso e as formas do exercício do direito a uma saúde de qualidade por toda a sociedade. A importância desse artigo é demonstrada na primazia que a saúde possui o instrumento para o exercício de diversos outros direitos, bem como, a forma materializadora de consecução de uma sociedade equilibrada e plenamente capaz; reduzindo e resguardando os gastos pelo sistema de saúde nos tratamentos, transferindo o foco para a prevenção.

A metodologia aplicada para a construção do artigo objeto desta resenha foi baseada em:

Leitura de artigos, livros, pesquisas, legislações pertinentes, do período de 1988 a 2018, para se ter uma visão global do material. Foi realizado um levantamento na base de dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), Conselho Federal de Medicina (CFM), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e em outros periódicos não indexados.

Dessa forma, foram aplicados os métodos de pesquisas bibliográficas como parâmetros a fim de dimensionar o trabalho científico, utilizando as informações coletadas como base de apoio.

Iniciando o desenvolvimento do que expõe o artigo da resenha, a autora da obra, felizmente, iniciou abordando o contexto histórico da prestação de serviços de saúde, bem como, o início da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) com o advento da Constituição Cidadã de 1988, onde, perfila os artigos da Lei Maior que tratam da instituição do sistema e a toda a gama de serviços intrínsecos da sua atuação, ultrapassando a prestação de socorro hospitalar; como, por exemplo, saneamento básico. Assim, garantindo a qualidade de vida de toda a coletividade e não resumindo-se a prestação estatal, mas também a necessidade da participação da sociedade. Por fim, diferenciam-se os conceitos de unicidade e sistema que representam como funciona a oferta de saúde pública no Brasil.

Adentrando a problemática da má gestão, o artigo apresenta seu segundo capítulo intitulado: “Gestão dos Serviços de Saúde (Teoria Administrativa)”, no qual Letícia Belchior Sousa Araújo aborda de forma ampla as deficiências geradas pela gestão precária, atingindo não apenas a população que utiliza os serviços, indo além, atingindo os servidores públicos responsáveis pela materialização do direito à saúde de qualidade, com jornadas de trabalho exaustivas, condições desfavoráveis de trabalho, estruturas inadequadas, equipamentos e materiais insuficientes e, por fim, quantitativos de pessoal muito abaixo do necessário. Esses fatores mostram-se como elementos responsáveis da falta de qualidade e, muitas vezes, da ausência de um tratamento adequado junto aos pacientes do Sistema Único de Saúde. Buscando reverter esse cenário, o artigo apresenta que deve-se ressaltar a busca por um ambiente de trabalho equilibrado, visando atender da melhor forma possível as necessidades dos trabalhadores da área de saúde; tomando por base os Princípios do SUS e levando-se em consideração a expertise dos funcionários para obter uma mútua colaboração com objetivo de atingir as melhorias necessárias para obtenção de um panorama favorável, alcançando assim, conforme descrito pela autora Letícia Belchior Sousa Araújo em “a necessária reestruturação da saúde pública no Brasil”, sob a tríade, satisfação do cidadão, valorização do profissional e qualidade dos serviços prestados. Dessa forma, podem existir mais acolhimento, atenção e cuidados com o relacionamento entre usuários e membros da equipe”.

O quantitativo de médicos por região foi a forma da autora denominar e abordar mais um aspecto sensível do exercício do direito à saúde, ou seja, quantos médicos existem a disposição da população e a proporção dos gastos públicos para atendimento pelo SUS em comparação com o quantitativo investido pelo sistema de saúde suplementar (iniciativa privada). Apresenta-se uma média de gastos 3 (três) vezes maior pela saúde suplementar, que atende apenas 25% da população nacional.

Conforme a população envelhecia, houve aumento na demanda por serviços de saúde gerando um aumento significativo do quantitativo de profissionais de medicina no país, advindos dos esforços voltados para a abertura de novas escolas de medicina, principalmente nos anos 1970, e a criação do SUS. O que fez com que o Brasil contasse com mais de 2 médicos para cada mil habitantes, razão maior que o dobro do recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

Analisando os dados demonstrados, a autora consegue demonstrar de forma indubitável que, além da diferença entre investimentos, os grandes centros ainda conseguem captar mais profissionais, alargando ainda mais o nível de desigualdades quando comparados com as regiões mais afastadas do país. Traduzindo-se esse fenômeno de concentração de profissionais, uma das causas da “falta de médicos”. Essa é a proposta da autora que tem, como solução, a intervenção de gestores com políticas públicas voltas para a universalidade e regular distribuição dos serviços de saúde, por todo o território nacional.

Outra fragilidade apresentada é a falta de especialização de médicos, em geral, sem especialização em qualquer área da medicina e a falta de especialização em termos específicos de certas especialidades da medicina, sem médicos suficientes para o atendimento regular da população.

O quarto tópico apresentado pelo artigo é voltado para a gestão dos recursos financeiros. A preocupação da autora foi demonstrar o descompasso entre a descentralização do gerenciamento do SUS com a centralização dos recursos necessários. Isto significa que estados e Municípios receberam grandes atribuições, entretanto, não possuem o arcabouço financeiro necessário para o seu cumprimento.

As deficiências financeiras ficam claras quando se comparam os gastos por habitantes realizados pelo SUS com outros os gastos promovidos por outros países que possuem um sistema de saúde pública com, por exemplo, a Inglaterra que investe 5 (cinco) vezes mais.

A autora demonstra, com exatidão, que o crescimento e envelhecimento populacional trarão a ampliação das demandas por saúde e que o critério atual utilizando o número de habitantes em cada região, por intermédio de uma ferramenta imprecisa como o Censo realizado pelo IBGE, retirará o dinamismo com que as receitas precisam ser direcionadas em um âmbito municipal, em virtude de contingências, reforçando o quão importante é a realização de levantamentos de dados regionais e com curto intervalo de tempo; trazendo as estatísticas para o mais próximo da realidade, conforme expõe o artigo.

Ante ao exposto, a autora traça as considerações finais chegando as seguintes conclusões: o enfoque da saúde pública brasileira encontra-se de forma equivocada no tratamento, pois a prevenção seria mais eficaz; deve-se expandir o número de campanhas de conscientização e buscar o maior envolvimento da sociedade.

Em relação ao número de médicos e sua distribuição, o artigo preconiza políticas públicas que encaminhem os médicos recém-formados para essas áreas; oferecendo boas remunerações, bem como, reestruturando a gestão sanitária e planejando de forma detalhada sem desconsiderar as peculiaridades de cada região.

Referencias

ARAÚJO, Letícia Belchior Sousa. Vulnerabilidades na saúde pública e Direitos Humanos. **Revista Processus Multidisciplinar**, Vol. 3, n. 5, p. 05-16, 2022.

Disponível em:

<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/633/681>>. Acesso em 21 maio 2022.

Assembleia Geral da ONU. (1948). “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**” (217 [III] A). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 26 maio. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 26 maio. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020.

DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível

em:<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020.

Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>.

Acesso em: 03 ago. 2021.